



Índice

- 01 Representantes Cinta Larga defendem direito de comercializar produtos de suas reservas
- 02 Índios migram para centros urbanos
- 03 Índios percorrem Sul com ervas medicinais
- 04 Demarcação de terras indígenas gera tensão em Palmeira dos Índios, AL
- 05 Governador lança vacinação contra aftosa em áreas indígenas
- 06 Novos dados de desmatamento em terras indígenas são divulgados pelo Censipam
- 07 Índice de suicídios de indígenas guaranis é 34 vezes maior que a média nacional
- 08 Nota Pública da Coordenação Regional do Alto Purus sobre ingresso de missionários em Terras Indígenas
- 09 Levantamento da Funai em propriedades rurais de Mato Grosso do Sul deve ficar pronto em 10 dias
- 10 MPF/MT pede conclusão do estudo para revisão da Terra Indígena Enawenê-Nawê
- 11 Agricultores gaúchos fazem tratoração contra demarcações de terras indígenas
- 12 MPF/PB convoca audiência pública sobre combate à discriminação aos ciganos
- 13 Jagunços destroem cercas e roçados e ameaçam Quilombolas de Boa Vista do Pixaim, em Muquém do São Francisco



-
- 14** Brasília: Fórum “Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá”, amanhã, às 9h
 - 15** Carta do 1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ceará
 - 16** MPF/AM recomenda solução negociada para ocupação de indígenas na garagem da Funai
 - 17** Polêmica: Federação Huni Kui também repudia declarações de Segóvia
 - 18** Em Sousa: MPF convoca audiência pública sobre combate à discriminação aos ciganos
 - 19** Projeto de saúde bucal prevê atender 5.643 alunos indígenas

Representantes Cinta Larga defendem direito de comercializar produtos de suas reservas

SÍTIO SENADO FEDERAL, 18.10.2013



Audiência reuniu especialistas e representantes indígenas

Representantes dos índios Cinta Larga reivindicaram, nesta sexta-feira (18), em audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o direito de comercializar os produtos primários que podem ser extraídos de suas terras, tais como madeiras, frutos, castanhas, e mesmo minérios e pedras preciosas.

Na opinião do representante da etnia, Marcelo Cinta Larga, a aprovação de uma lei pelo Congresso concedendo aos índios o direito de comercializar livremente os produtos de sua atividade extrativista, sem precisar entregá-los a preços aviltados a atravessadores, como ocorre atualmente, lhes permitirá obter melhores ganhos e resultará na melhoria do padrão de vida de suas comunidades.

Marcelo Cinta Larga cobrou do governo federal, a disponibilização de cursos de capacitação que permitam aos povos indígenas desenvolver atividades econômicas rentáveis e sustentáveis em suas aldeias.

– Hoje nós precisamos ter condições de trabalhar. Nenhum ser humano, seja branco ou índio, consegue trabalhar sem condições – disse.

CONT.

Condições precárias

No início da audiência pública, solicitada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) para tratar da situação dos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Pereira da Trindade, fez um relato das precárias condições de vida dos índios dessa etnia, destacando, sobretudo, o problema gerado pela presença de garimpeiros de diamante em suas terras.



Índios Cinta Larga querem evitar atravessadores que pagam muito pouco

– Esse é um problema gravíssimo [o garimpo de diamantes], já provocou aí mais de uma centena de mortes e tem potencial para levar o povo inteiro a extinção – disse.

Na avaliação do procurador, o governo federal tem deixado muito a desejar em seu papel de proteger os povos indígenas, uma vez que tem aplicado recursos majoritariamente na repressão ineficaz da mineração, em vez de priorizar a proteção dos índios.

Citando exemplos dos problemas enfrentados pelos Cinta Larga, Reginaldo Pereira da Trindade destacou, entre outros, a falta de assistência judiciária; o acatamento pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) de requerimentos de exploração de jazidas localizadas em terras indígenas, cujo aproveitamento econômico ainda não está regulamentado; e a falta de recursos e de infraestrutura da Funai.

Após ouvir as reclamações do procurador da República, o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, observou que a questão indígena tem sido atualmente objeto de muita atenção por parte do governo federal.

Reconhecendo a gravidade da situação vivida pelos índios Cinta Larga, Gilberto Carvalho, garantiu que não existe nenhuma intenção deliberada do governo de priorizar ações de repressão ao garimpo em detrimento da proteção aos indígenas.

Ao final de sua exposição, Gilberto Carvalho se comprometeu a levar ao conhecimento do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e à presidente Dilma Rousseff, as reclamações apresentadas pelo procurador Reginaldo Pereira da Trindade.

Atuação da Funai

Já a representante da Funai, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Carolina Comandulli, informou sobre a reestruturação ocorrida na entidade em 2009, que segundo ela, levou a uma mudança na forma de atuação do órgão, antes baseada no assistencialismo e agora voltada para a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

Carolina Comandulli falou ainda sobre a política da articulação com outros órgãos do governo federal que se tornou prioridade na forma de atuação da Funai. Conforme explicou, os recursos destinados aos povos indígenas não se concentram mais como no passado na Funai, mas estão distribuídos em diversos órgãos, como, por exemplo, o Ministério da Saúde, que desenvolve várias ações voltadas especificamente para os indígenas.

Ao final da audiência pública, Acir Gurgacz informou que deverá encaminhar ao Ministério da Justiça, ao DNPM e à Presidência da República uma série de sugestões propondo soluções para os problemas dos povos Cinta Larga, com base nas discussões ocorridas durante a audiência.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Índios migram para centros urbanos

SÍTIO FOLHA WEB, 19.10.2013



A cena já é comum em Boa Vista: índios perambulam pelas ruas pedindo esmola, roupa e comida

A migração é silenciosa, mas notada. O número de índios que deixam suas comunidades para arriscar uma vida melhor na Capital aumentou nos últimos anos, em Roraima, segundo dados apontados pelos dois últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2000, Boa Vista tinha 6.150 índios. O número pulou em 2010 para 8.550.

A Folha entrevistou esta semana vários indígenas, em zonas distintas da cidade, para saber os principais motivos da migração. E a resposta de todos foi quase a mesma. “Não tem mais como

viver na comunidade. Não tem saúde, não tem comida. Nosso povo está morrendo de fome”, lamentou a índia macuxi V.A.O, de 41 anos, mãe de 10 filhos, moradora da comunidade Beija-Flor, em Normandia, município a 190 quilômetros da Capital pela BR-401, Noroeste de Roraima.

No início da tarde da última segunda-feira, 14, na feirinha do São Vicente, na zona Sul da cidade, a índia e mais dois filhos, uma jovem de 15 anos e uma criança de dois, deficiente, merendavam e aguardavam uma consulta médica. Aparentemente definhada, ela disse que tentava obter um laudo para poder receber a aposentadoria do filho, menor, que já nascera com problemas mentais.

A índia lamentou que falta tudo em sua comunidade. Segundo ela, não tem médico, sequer energia elétrica. “Não sei até quando fico lá, mas muitos jovens, filhos dos parentes, já vieram para a cidade tentar uma vida melhor”, comentou.

Alojada em uma casa de apoio indígena, no bairro São Vicente, a índia disse que atualmente sua comunidade sobrevive da pequena plantação de mandioca, milho, feijão e algumas frutas. “A gente vive da roça. Eu volto pra lá daqui a dois dias, mas está difícil”, reclamou.

Aproximadamente 20 famílias, segundo a índia, ainda moram na comunidade Beija-Flor. Mas a falta de apoio por parte do poder público, segundo ela, vai acabar provocando a vinda da maioria dos parentes para a Capital, em busca de uma vida melhor, o que provocaria o esvaziamento total da maloca.

CONT.



A situação de penúria também ocorre em outras comunidades indígenas de Roraima. Os índios reclamam da falta de apoio do governo estadual e municipal que, segundo eles, não fazem a manutenção das estradas, nem constroem ou reformam escolas e postos de saúde, principalmente nas aldeias mais distantes dos centros urbanos.

Por esse motivo, mesmo ocupando metade do território de Roraima, os índios enfrentam inúmeras dificuldades em suas comunidades, o que acaba forçando a migração à Capital ou para as sedes dos municípios. Exemplo da falta de apoio vem ocorrendo desde 2009, quando produtores rurais que ocupavam as terras próximas ao rio Uraricoera foram retirados do local para que fosse homologada a reserva indígena Raposa Serra do Sol, a Noroeste de Roraima. Quatro anos depois, o que se vê é um imenso lavrado, praticamente abandonado.

As estradas de terra batida que levam à maioria das comunidades indígenas estão esburacadas e cheias de lama. As pontes de madeira em situação precária colocam em risco a vida dos moradores, que dificilmente são socorridos. Eles sofrem ainda com problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico. Raramente um médico visita as comunidades mais distantes. E os doentes mais graves dependem de deslocamento aéreo fornecido pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde.

Para piorar a situação, as comunidades indígenas, empobrecidas, também ficam impossibilitadas de escoar para os centros urbanos o pouco que sobra da produção agrícola. No período de chuvas, o excedente, principalmente frutas, estraga na beira das estradas.

“Não tem como viver na comunidade desse jeito, sem saúde e sem educação, isolado e sem o apoio do governo. Por isso que muitos parentes já deixaram a comunidade para buscar uma vida melhor na Capital”, comentou outro índio macuxi, que preferiu não se identificar. Ele bebia cachaça e jogava sinuca na tarde da última segunda-feira, 14, na feirinha do São Vicente, zona Sul de Boa Vista.

Índios percorrem Sul com ervas medicinais

SÍTIO CANAL IÇARA, 19.10.2013



JORNAL GAZETA

É migrando de uma cidade para outra, sem permanecer por mais de um mês em um local exclusivo, que quatro famílias descendentes de índios Tapajós vão levando a vida pelo Sul do Brasil. Antes de chegar a Içara, passaram pelas localidades de Torres e Sombrio. Até tomarem rumo ao próximo destino, ficarão às margens da Rodovia Paulino Búrigo (SC-445), próximo da subsecretaria de Políticas Sobre Drogas, na região central da cidade.

O jeito de vestir e viver do grupo é, muitas vezes, confundido com a cultura cigana. Mas apesar das semelhanças, eles trazem no sangue a descendência dos índios. "Não somos ciganos. Não vivemos de vendas de tapetes, panelas e coisas do tipo", afirma o líder do grupo Joarez Galvão. "Somos ambulantes e vamos de cidade em cidade apenas para trabalhar. Lidamos com ervas medicinais e é isso que apresentamos e vendemos às pessoas. É tudo colhido da nossa terra, passado pela Fundação Nacional Indígena (Funai), para então sairmos nas ruas e vender", afirma.

"Temos ervas para os mais diversos tipos de doenças, como reumatismo, sinusite, asma, bronquite, entre outras. Também trabalhamos com garrafadas", destaca. Tudo é devidamente embalados com valor de venda a partir de R\$5. O português pronunciado é perfeito devido a necessidade de comunicação com as pessoas que não pertencem à tribo. Mas entre eles, o dialeto é próprio, a língua Guarani. Além disso, devido à mudança constante de área, comodidade é algo que não parece ser ostentada por eles.

Segundo eles, cada qual tem sua casa, numa aldeia, em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. "Ficamos em cada uma por aproximadamente 20 dias e depois partimos. Antes de nos abrigarmos, sempre conversamos com o dono de algum terreno para saber se podemos nos fixar, claro que sempre preservando o local", contou Galvão.

"Nossas barracas são de lonas grossas, temos gás, televisão e tudo o que se faz necessário para morar bem, apesar das pessoas acharem que não é confortável, mas é. E dinheiro desde que tenhamos saúde para trabalhar não é problema", destaca outro membro da tribo, André Galvão. "Viver em barraca é comum para nós, já estamos acostumados. Isso é algo que levamos a vida inteira", emenda outra integrante da família Luciana. "Essa é uma tradição que temos e é assim já há várias gerações. O futuro das crianças vai ser o mesmo que o nosso, é o nosso estilo e assim deve ser a vida inteira", finaliza.

Demarcação de terras indígenas gera tensão em Palmeira dos Índios, AL
SÍTIO ROTA DO SERTÃO, 20.10.2013

Índios da tribo Xukuru-Kariri buscam retomada de 7.073 hectares. Processo foi suspenso em agosto deste ano pelo Ministério da Justiça.



Há mais de 20 anos, uma disputa de terras tem tirado o sossego de uma cidade de cerca de 70 mil habitantes localizada no Agreste alagoano. De um lado, indígenas que vivem no local há centenas de anos. Do outro, produtores rurais que possuem escritura e documentação de terras adquiridas por herança de família ou compradas comprovadamente por documento legítimo.

Em Palmeira dos Índios, a convivência entre os índios da tribo Xukuru-Kariri e outros moradores sempre foi considerada pacífica, mas o processo de demarcação de terras trouxe conflitos e levantou discussões acaloradas a respeito do tema.

Fundada em 1835, a cidade abriga oito aldeias distribuídas na zona rural. A população indígena foi estimada em mais de três mil índios, cerca de 600 famílias. A maioria vive nas aldeias, e divide 1,3 mil hectares de terras regularizadas. Outra parte pode ser encontrada fora das áreas rurais, tradicionalmente habitadas por índios e descendentes, residindo na periferia da cidade.

No dia 20 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o relatório de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru-Kariri. Ele foi homologado pelo Ministério da Justiça em 15 de dezembro de 2010. De acordo com o relatório, a área apresenta uma superfície de 7.073 hectares, que abrange 463 propriedades já existentes entre casas e fazendas.

CONT.



A demarcação atinge desde imóveis com área abaixo de um hectare até latifúndios com 200 hectares. A maior parte das pessoas possui de 10 a 20 hectares. Os produtores que possuem terras em áreas delimitadas no relatório disseram que estão preocupados com o processo de retomada.

Eles argumentam que só receberão as benfeitorias (pagamento de indenizações da referida terra) e que o valor é muito inferior ao da venda de qualquer propriedade rural. "O dinheiro que oferecem não dá para comprar nem uma casa pequena para minha família morar. Se eu realmente tiver que deixar minha casa, não vou saber para onde ir", preocupa-se o agricultor José Luiz Silva.

Desde que o relatório foi homologado, os índios promovem assembleias na área conhecida como Fazenda Canto. A última delas aconteceu no começo deste mês. Na ocasião, grupos debateram a retomada de terras e a ocupação do solo de maneira que todos os indígenas da tribo Xukuru-Kariri tenha quantidade suficiente para ser utilizada nas suas atividades produtivas.

A índia Raquel Xukuru-Kariri, que vive na área conhecida como Fazenda Canto, conta que os 7.073 hectares que foram delimitados são necessários porque o espaço que os índios utilizam atualmente é muito pequeno e não permite que eles tenham condições de produzir e sustentar as famílias. Segundo Raquel, não há espaço para construir casas e a restrição do espaço nas matas prejudica a coleta de sementes e artefatos para produção do artesanato indígena, comprometendo a economia da tribo.

"O índio retira da terra o seu alimento, remédio, material para construção de casas e dos enfeites para os rituais religiosos. Também é importante lembrar das áreas de reserva que devem ser preservadas", afirma.

Possível conflito preocupa envolvidos

Diante da possível retomada de terras, produtores e índios afirmam que temem um confronto na região. Alguns agricultores afirmam que não vão deixar suas terras. Já os indígenas garantem que toda a área que for determinada a retomada será ocupada.

Um integrante da tribo, que não quis se identificar, disse que o maior medo é que eles fiquem desamparados no caso de acontecer a retomada de posse. "Se a área for oficialmente dos índios, vamos precisar de apoio para reaver as terras", expõe.

O cacique Vicente Celestino, da tribo Waconã Kariri Xukuru, da Serra da Capela, diz que os índios querem que a situação seja resolvida de forma pacífica. Ele contou que a "luta" das tribos para a demarcação das terras é antiga. "Desde criança que eu participo das discussões a respeito das terras. Acredito que seria melhor até que tivéssemos chegado a um acordo para uma área menor do que ficar nessa disputa tão longa", ressalta.

Mas a opinião do cacique é diferente da de outros integrantes da tribo. Para Raquel Xukuru Kariri, a área delimitada já foi reduzida e não pode ser menor que os 7.073 hectares. "A terra é

CONT.



tradicionalmente indígena e deve ser entregue aos índios, assim como diz a Constituição”, complementa.

'Questão de tempo'

A Fundação Nacional do Índios (Funai) é responsável por demarcar, assegurar e proteger as terras indígenas. A fundação foi a responsável por aprovar e publicar o relatório final demarcando a área em Palmeira dos Índios. Após a publicação, o processo passou por algumas etapas.

Segundo o coordenador regional da Funai em Alagoas, Frederico Vieira Campos, foi concluída a demarcação física da área. Depois, equipes técnicas estiveram na região para fazer o levantamento e avaliação das benfeitorias, mas, por decisão do governo federal, esse trabalho foi suspenso. Isso aconteceu em agosto deste ano. Apensar da decisão, o coordenador disse acreditar que a demarcação vai acontecer. “É só uma questão de tempo”, afirma.

Campos explica que o processo de demarcação de terra indígena foi iniciado após a Constituição de 1988 e passou por algumas modificações. Foram feitos cinco estudos de identificação das terras pertencentes aos índios da tribo Xukuru-Kariri por equipes técnicas coordenadas por antropólogos. Cinco grupos de pesquisadores diferentes e cinco Grupos Técnicos (GT's) foram realizados até o relatório final.

“O primeiro levantamento da Funai dava conta de 36 mil hectares. Essa área se refere à que consta em um Alvará Régio de 23 de novembro de 1700, que concedeu 'uma légua em quadro' para a sustentação da tribo Xukuru-Kariri. Isso foi confirmado por uma Carta Régia, ordenando a execução. Mas entendendo que parte da área ficava na região central do município, ela foi reduzida”, explica Campos.

Apesar de ficar responsável pelo processo de demarcação, a Funai só age, segundo o coordenador, após a reivindicação de um grupo. “Quando o pleito é registrado no Sistema de Terras Indígenas da Funai em Brasília, a coordenação-geral de identificação vai criar o Grupo Técnico para que eles façam os estudos da área. Esse trabalho conta com engenheiros agrônomos, antropólogos, topógrafos, entre outros”.

Campos esclarece ainda que, depois de publicado o relatório, existe um prazo para contestação. “Qualquer pessoa que vive dentro dos limites pode apresentar contestação. Depois disso, a Funai avalia se isso procede. No caso de Palmeira dos Índios, foram feitas algumas, mas documentos mostraram que elas não eram consistentes”.

Fonte: Carolina Sanches

Crédito Foto: Carolina Sanches/G1

Governador lança vacinação contra aftosa em áreas indígenas

SÍTIO PORTAL RR, 20.10.2013

Secom-RR



O governador José de Anchieta fez o lançamento oficial, na manhã de domingo (20), da segunda etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa nas terras indígenas Raposa/Serra do Sol e São Marcos. A solenidade aconteceu na comunidade Surumu/Barro e contou com a presença de diversas lideranças. A estimativa é vacinar 45 mil cabeças de gado bovino no período de 1º a 10 de dezembro.

A vacinação é uma ação conjunta do governo estadual, através da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (Aderr) com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e

Fundação Nacional do Índio (Funai). As vacinas foram doadas para o Governo de Roraima pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal (Sindan), pelo Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) e Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA).

Anchieta disse que as comunidades indígenas contam com cerca de 10% do rebanho bovino do Estado e que a meta do governo é vacinar sua totalidade. "Nós temos que erradicar a febre aftosa para junto ao Ministério da Agricultura nos tornarmos uma área livre da febre aftosa. Isso só acontece com a vacinação. Nossa campanha também é educativa e o Estado tem o prazer, e faz isso com muita responsabilidade, financiar essa campanha de vacinação nas comunidades devido as dificuldades que nossos irmãos índios têm", declarou o governador.

A vacinação nas Terras Indígenas em fronteiras é uma ação estratégica, onde se somam os esforços dos governos federal e estadual e Comunidades Indígenas para tornar Roraima livre de Febre Aftosa. A segunda etapa de vacinação contra a Febre Aftosa, fora das terras indígenas, teve início no dia 1º deste mês, na fazenda São Domingos, na estrada do Taiano, município de Alto Alegre.

Todos os criadores de bovinos e bubalinos do Estado devem aplicar a segunda dose da vacina contra a doença nos rebanhos até o dia 31 deste mês. Nesta segunda etapa, a meta da Aderr é imunizar a totalidade do rebanho, estimado em 770 mil cabeças. Esse é o tamanho do plantel cadastrado no banco de dados da instituição.

CONT.



O alcance da meta de vacinação é um dos requisitos determinados pelo Mapa para conceder a mudança de status de Roraima, hoje considerado de Alto Risco para Febre Aftosa, para médio risco e, posteriormente, livre de Aftosa com Vacinação.

O objetivo é liberar o Estado para exportar carne para outros estados do Brasil, além do Amazonas, assim como também para o mercado internacional. Diante disso, todos os criadores de animais bovinos e bubalinos são obrigados a vacinar.

Os pecuaristas têm até o dia 15 de novembro para fazer a notificação do gado vacinado. Deverá, no ato, apresentar as notas fiscais das vacinas e a estratificação. Isto inclui todas as informações com as classificações dos animais, separados por idade, sexo, etc., na Unidade de Defesa Animal (UDA) mais próxima da propriedade.

O criador que não vacinar o seu plantel estará sujeito ao pagamento de multa de R\$ 1.040,00 acrescida de R\$ 65,00 por cabeça não vacinada. Além disso, o criador ficará impedido de retirar a GTA (Guia de Transporte Animal) para comercialização dos animais.



NOVOS DADOS DE DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS SÃO DIVULGADOS PELO CENSIPAM

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 21.10.2013

O Censipam, ao desenvolver o ProAE, contribui com a identificação de atividades irregulares, criando bases para gerar relatórios contendo estimativas de áreas desmatadas e fornecendo dados georreferenciados para o planejamento de atividades dos órgãos parceiros em suas operações de fiscalização.

As informações sobre o desmatamento nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação (federais e estaduais) da Região Amazônica, nos estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia, são divulgadas pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam/Centro Regional de Porto Velho. Os dados, oriundos do Programa de Monitoramento de Terras Especiais (ProAE) até 2012, são disponibilizados aos parceiros por meio de mídia digital-DVD.

Dentre as informações contidas no DVD estão as cartas imagens geradas em arquivo do tipo “geopdf”, que possibilita a captura das coordenadas geográficas e dos polígonos de desmatamentos identificados e os limites das áreas especiais (unidades de conservação e terras indígenas); os polígonos de desmatamento e os limites das áreas especiais, fornecidos em formato shapefile (shp) e “kmz” possibilitando a visualização no Google Earth; além de tabelas contendo as estatísticas do desmatamento acumulado até o ano de 2012 para os diferentes tipos de áreas especiais.

O Censipam, ao desenvolver o ProAE, contribui com a identificação de atividades irregulares, criando bases para gerar relatórios contendo estimativas de áreas desmatadas e fornecendo dados georreferenciados para o planejamento de atividades dos órgãos parceiros em suas operações de fiscalização. No Programa também são identificadas áreas antropizadas de pequenas dimensões, comuns principalmente nas Terras Indígenas. Os primeiros resultados do ProAE foram divulgados em 2007, mostrando o desmatamento acumulado até 2005.

Para melhor divulgar os resultados, a interface utilizada pelo ProAE é amigável, independente de softwares comerciais, para serem usados pela comunidade sem a necessidade de conhecimento técnico especializado em Sistemas de Informações Geográficas (SIG) ou utilização de computadores de alta performance.

CONT.



Áreas especiais

As áreas especiais reúnem as unidades de conservação (UC) e as terras indígenas (TI), sendo sua criação uma das estratégias mais efetivas e recomendadas para conservar o bioma da Amazônia. Cerca de 1/3 do território da Amazônia Legal Brasileira é considerado área especial, que em sua maioria, funcionam como uma barreira ao avanço do desmatamento. A preservação desse território é fundamental, visto que abriga espécies animais e vegetais endêmicas e algumas ainda desconhecidas, segundo pesquisadores.

Índice de suicídios de indígenas guaranis é 34 vezes maior que a média nacional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2013



Adital – Devido à perda de suas terras ancestrais e constantes ataques de pistoleiros, os indígenas Guarani do Brasil enfrentam uma taxa de suicídio de ao menos 34 vezes a média nacional. De acordo com a organização Survival International, estatísticas mostram que a cada semana em média um Guarani cometeu suicídio desde o início deste século. Dados do Ministério da Saúde revelam que 56 indígenas Guarani cometeram suicídio em 2012, mas é provável que o número real seja maior devido aos casos não reportados. A maioria das vítimas tem entre 15 e 29 anos, sendo que a vítima mais jovem tinha apenas nove anos de idade.

Rosalino Ortiz, um homem Guarani, afirmou à Survival que os Guarani estão se suicidando por falta da terra. “A gente antigamente tinha a liberdade, mas hoje em dia nós não temos mais liberdade. Então, por isso, os nossos jovens vivem pensando que eles não têm mais condições de viver. Eles se sentam e pensam muito, se perdem e se suicidam”, observa.

Os Guarani perderam a maior parte de suas terras ancestrais, às quais teriam uma forte conexão espiritual, para os pecuaristas e latifundiários do setor da cana de açúcar. Os indígenas são forçados a viver em condições perigosas e muito precárias às margens de rodovias ou em reservas superpovoadas. Estão enfrentando desnutrição, péssimas condições sanitárias e alcoolismo. Além disso, as comunidades que tentam retornar às suas terras enfrentam níveis extremos de violência pois os fazendeiros contratam pistoleiros para atacar e frequentemente matar os Guarani.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

A demarcação das terras Guarani já deveria ter sido concluída há muitos anos, mas o processo foi interrompido e, segundo a Survival, os políticos brasileiros estão, atualmente discutindo uma Emenda Constitucional que daria ao Congresso Nacional (influenciado pelo lobby ruralista e anti-indígena) o poder de demarcação de terras indígenas. "Isto seria um desastre para os Guarani e sua campanha pelo direito à terra", assinala a organização.

A Survival International faz um apelo para que o governo brasileiro demarque as terras Guarani em regime de urgência e chama empresas como a estadunidense Bunge a parar de comprar cana de açúcar oriunda de terras Guarani.



Nota Pública da Coordenação Regional do Alto Purus sobre ingresso de missionários em Terras Indígenas

SÍTIO CEDEFES, 19.10.2013

A Coordenação Regional do Alto Purus, com atuação prevista na Portaria 1.733, de 27 de dezembro de 2012, a qual define o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio, vem a público prestar esclarecimentos sobre as informações contidas no discurso do pastor e deputado estadual Denílson Segóvia (PEN), conforme divulgado pela imprensa local no dia 17 de outubro de 2013.

A Coordenação Regional do Alto Purus, com atuação prevista na Portaria 1.733, de 27 de dezembro de 2012, a qual define o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio, vem a público prestar esclarecimentos sobre as informações contidas no discurso do pastor e deputado estadual Denílson Segóvia (PEN), conforme divulgado pela imprensa local no dia 17 de outubro de 2013.

Nos sites Ac24Horas e A gazeta do Acre, sob os respectivos títulos "Cultura indígena é desprezada em discurso fundamentalista de Denílson Segóvia" e "Denílson Segóvia denuncia limitação de missionários pela Funai em aldeias", houve a divulgação de que o deputado em questão teria defendido, na tribuna, a evangelização dos povos indígenas do Acre, justificando para tanto o atraso representado pelo infanticídio, pela pajelança e pedofilia que em seu entendimento perfazem e representam a própria cultura indígena.

Também no site da Assembleia Legislativa do Acre – ALEAC, o discurso foi divulgado sob o título "Denilson Segóvia defende o fim da pajelança e incentivo ao evangelho em aldeias do Alto Purus". Na matéria publicada sobre o pronunciamento, pode-se constatar uma postura discriminatória que ataca e deslegitima as práticas culturais tradicionais do povo Kaxinawá do Alto Purus, defendendo e incentivando a adoção de novas práticas religiosas em detrimento das crenças tradicionais, as quais em seu entendimento não lhes servem mais, pois "o maior benefício do evangelho é a quebra das culturas antigas, caídas e destruidoras da moral". Segundo o deputado, somente a partir dessa substituição os indígenas podem explorar a terra de modo racional. O deputado questiona ainda a atuação de antropólogos desta instituição, os quais, em sua fala, "estariam proibindo os missionários de subir às aldeias por muito tempo", sugerindo que os mesmos profissionais levem o atraso (representado pela cultura indígena) para longe do Estado do Acre.

Cabe esclarecer que a FUNAI é o órgão indigenista oficial do estado brasileiro e sua missão institucional é garantir e proteger os direitos dos povos indígenas, conforme legislação vigente. Deste modo, destacamos o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, no qual são reconhecidos

CONT.



aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Ademais, consta no Art. 215 da mesma CF/88 que são assegurados direitos específicos aos povos indígenas, nos quais se prevê a valorização de suas manifestações culturais. Cabe destacar ainda que no Estatuto do Índio (Lei 6.001), de 1973, está previsto em seu Capítulo II, Art. 58, que se constitui crime “escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo a sua prática”. Além disso, a legislação prevê ainda que as terras indígenas são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, sendo destinada única e exclusivamente à sua reprodução social, física e cultural.

Os povos indígenas, assim como todo cidadão brasileiro, tem o direito de escolher suas formas próprias de cultos e crenças, mas tal aceite não deve caracterizar-se em uma imposição religiosa em detrimento das demais. A presença de missionários residindo nas aldeias acarreta em um constrangimento para a livre manifestação das outras opções culturais, incluindo as formas rituais tradicionais. Além disso, a residência dos missionários fere os princípios legais acima expostos no tocante ao usufruto exclusivo das riquezas das terras indígenas, as quais devem ser destinadas exclusivamente às famílias indígenas.

Ressaltamos que os índios tem autonomia para convidar missionários para visitarem as suas aldeias, conquanto tais visitas não configurem vinculação de residência. Para tanto, destacamos o Art. 2º da Portaria 1.733/2012, que ressalta que é dever da Funai, atuar na implementação de políticas públicas que busquem garantir o direito originário, a inalienabilidade e a indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e o usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes, dentre outros princípios constitucionais. Em observação a estas diretrizes informamos sobre a ilegalidade da permanência de missionários residindo no interior das terras indígenas, seja do Acre, sul do Amazonas ou noroeste de Rondônia – região sob nossa jurisdição – ou em qualquer outro território indígena no país, regularizado ou não.

Nos abstermos de discorrer sobre o conteúdo carregado de preconceitos e estigmas presente na fala do referido Deputado e, por meio desta Nota Pública, objetivamos prestar esclarecimento e informar à sociedade de modo geral a respeito dos direitos dos povos indígenas garantidos constitucionalmente. Enfatizamos que nossa atuação segue uma legislação específica, que preza pela garantia, respeito e defesa de direitos humanos fundamentais, no caso, direitos indígenas, dentre os quais se inclui o direito as suas práticas culturais tradicionais. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar maiores esclarecimentos à população de modo geral sobre as atividades que vem sendo desenvolvidas por esta Coordenação Regional, visando valorizar e fortalecer a cultura indígena de modo geral.

Fonte: FUNAI

Levantamento da Funai em propriedades rurais de Mato Grosso do Sul deve ficar pronto em 10 dias

SÍTIO RURAL BR AGRICULTURA, 18.10.2013

Pesquisa vai apontar as benfeitorias em áreas de estudo de demarcação de terras indígenas



Foto: Sebastião Garcia
Cacique Basílio Jorge faz parte de um grupo de quase 280 pessoas que ocuparam uma fazenda em maio deste ano

O levantamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), que vai apontar as benfeitorias nas propriedades rurais da área que está em estudo de demarcação de terras indígenas, na região de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, deve ficar pronto em menos de 10 dias.

Boa parte das fazendas já está ocupada por índios da etnia terena. O cacique Basílio Jorge faz parte de um grupo de quase 280 pessoas que ocuparam uma fazenda em maio deste ano. O cacique disse que na área ocupada será plantado milho.

– Nós vamos ampliar para uns 100 hectares, até 120 hectares para solucionar e dar um pedaço para cada agricultor – disse o cacique.

O gado também é conduzido no curral por um indígena. São 116 cabeças, que eles negociam na região e tiram leite para o próprio sustento. A fazenda tem 1.186 hectares. A cada dia a propriedade ganha mais ares de aldeia. E neste cenário que os técnicos da Funai estão trabalhando na região. As visitas são marcadas com antecedência.

– A etapa da Funai é só o levantamento das benfeitorias que existe no imóvel, de acordo com o estado de conservação. Agora os outros trabalhos, que é o custo do valor da terra, vai ser feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) está fazendo o georeferenciamento de todos os imóveis dentro da área de identificação – destaca o agrônomo da Funai, Luiz Antônio Araújo.

A Agraer é a instituição responsável pela pesquisa e extensão rural no Estado de Mato Grosso do Sul, ligada à Secretaria de Agricultura. Araújo é um dos sete técnicos da Funai que estão há quase um mês na região de Sidrolândia, fazendo o levantamento sobre as benfeitorias nas fazendas. Cerca de 15 já foram avaliadas. Tudo é analisado na vistoria, o tamanho do curral, das cercas e o estado da pastagem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

– Medimos as cercas, espaçamentos, tipo de madeira que foi utilizado e o seu atual estado. Analisamos a pastagem também. Depois tudo vai para o relatório, com tabelas oficiais, depois vamos compor o valor atual do curral – explica o técnico.

Araújo explica que o mesmo processo é feito na casa e na sede da fazenda. As propriedades estão dentro de uma área de 17,200 hectares, reivindicada pelos índios. Nesta mesma área, dois mil hectares já são demarcados como terra indígena Buriti.

A região ganhou evidência depois do conflito que resultou na morte de um índio, numa ação de reintegração de posse de uma das fazendas em maio deste ano. A situação levou o governo a buscar uma saída para resolver o problema. A proposta discutida atualmente é de pagamento aos fazendeiros pelas propriedades. O governo promete uma solução até o dia 30 de novembro.

O levantamento deve ser concluído até o dia 25 deste mês e vai gerar dois laudos: um de vistoria, sobre o que tem nas propriedades e outro de avaliação, que vai indicar o valor das benfeitorias.



MPF/MT pede conclusão do estudo para revisão da Terra Indígena Enawenê-Nawê
SÍTIO CEDEFES, 19.10.2013

A ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal será julgada pela Vara Única da Seção Judiciária de Juína.

O Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) propôs ação civil pública, em 16 de outubro, em que pede que a Justiça Federal obrigue a Fundação Nacional do Índio (Funai) a concluir, em até 30 dias, o relatório para a revisão dos limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê, incluindo a região do Rio Preto.

Localizada na Região Noroeste de Mato Grosso, no município de Juína, a Terra Indígena (TI) Enawenê-Nawê foi homologada em 1996, ratificando os limites estabelecidos por uma portaria de 1986, que interditou a área tradicionalmente ocupada pelos índios depois de um grave conflito agrário com fazendeiros da região.

Porém, tanto a portaria interditória quanto a portaria de homologação dos limites da TI equivocadamente não incluíram o Rio Preto, considerado pelos índios e confirmado por grupos de trabalho para a demarcação do território e por diversos estudos antropológicos, um rio imprescindível à sobrevivência física, cultural e alimentar daquele povo. A conclusão dos estudos dos três grupos de trabalho englobava a região do Rio Preto e afirmava ser "a única proposta viável para a garantia dos direitos indígenas e das condições necessárias para a sobrevivência da sociedade Enawenê, de acordo com as suas pautas culturais".

Desde a publicação da portaria interditória que desconsiderou a importância do rio para os Enawenê-Nawê, instituições de defesa dos indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Missão Anchieta e Operação Amazônia Nativa (Opan), comunicaram aos órgãos competentes a gravidade da exclusão de áreas sagradas e de uso tradicional dos índios, principalmente a cabeceira do Rio Preto.

Revisão dos limites – Atendendo o pleito dos indígenas, no ano 2000 teve início o processo de revisão dos limites da terra indígena. Apesar de dispor de recursos para formar o grupo de trabalho e contratar pessoal para realizar os estudos para a revisão dos limites da TI, somente sete anos depois, em 2007, é que o primeiro grupo de trabalho foi constituído. Os prazos estabelecidos na época eram de 6 dias de trabalho em campo e mais 25 dias para a entrega do relatório. Porém, somente cinco anos depois, em agosto de 2013, é que o grupo de trabalho foi designado.

Para o MPF/MT, esse tempo de inação da Funai diante do pleito dos indígenas, que desde 2000 é arrastado pela administração do órgão, foi extremamente prejudicial à população indígena,

CONT.



acirrando os conflitos agrários na região e a degradação ambiental ao longo dos anos. "Demonstra-se evidente que diante do quase absoluto silêncio administrativo da Funai, a via judicial é a única capaz de assegurar as garantias constitucionais estabelecidas aos povos indígenas", afirmam as três procuradoras da República Talita de Oliveira, Ludmila Bortoleto Monteiro e Marcia Brandão Zollinger, que assinam a ação civil pública.

Rio Preto – Um dos principais rituais de pesca da etnia Enawenê-Nawê é realizado no Rio Preto e está ameaçado há anos. Os indígenas precisam da autorização dos fazendeiros para utilizar o rio. Além disso, as substâncias tóxicas utilizadas nos garimpos da região, o impacto da construção de hidrelétricas e os desfolhantes utilizados nas lavouras têm atingido o curso dos rios e diminuído drasticamente a presença de peixes.

A dimensão da importância cultural que o ritual Yaokawa representa não só para os indígenas foi reconhecida pela Unesco, sendo registrado como Patrimônio Imaterial Cultural da Humanidade; e pelo Iphan, sendo registrado como Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro.

O MPF/MT defende que é necessário corrigir o equívoco que, a despeito dos estudos antropológicos, desconsiderou o Rio Preto. "A ação proposta pretende assegurar a plena realização dos direitos indígenas garantidos pela Constituição, mas também a salvaguarda do patrimônio imaterial, histórico e cultural brasileiro", afirmam as procuradoras.

Ação – Na ação, o MPF/MT pede, também, que a Funai e a União sejam obrigadas a cumprir as etapas seguintes à conclusão do relatório no prazo máximo de 24 meses. As etapas seguintes ao estudo são: (2) aprovação pela Funai, (3) contestações ao estudo de identificação, (4) declaração dos limites da terra indígena, (5) demarcação física, (6) homologação e (7) registro dos limites revisados da terra indígena.

No julgamento do mérito da ação, o MPF/MT pede a condenação da Funai e da União ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em valor a ser definido pelo juiz, revertida para investimentos diretos em políticas públicas destinadas aos Enawenê-Nawê.

A ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal será julgada pela Vara Única da Seção Judiciária de Juína. Processo nº 2888-66.2013.4.01.3606 .

Fonte: Procuradoria da República em Mato Grosso



Agricultores gaúchos fazem tratoração contra demarcações de terras indígenas

SÍTIO RURAL BR AGRICULTURA, 18.10.2013

Protesto reuniu centenas de agricultores e quase 300 tratores em Passo Fundo, no planalto médio gaúcho



Foto: Rosangela Borges/Arquivo Pessoal
Manifestantes levaram faixas e entregaram folhetos à população

Centenas de agricultores e quase 300 tratores fizeram uma manifestação na tarde desta sexta, dia 18, em Passo Fundo, principal cidade do planalto médio gaúcho. Munidos de faixas, cartazes e folhetos entregues à população, eles percorreram as principais avenidas da cidade desde as 13h30 até as proximidades da BR-285.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato Rural e presidente da Associação dos Produtores Rurais de Pontão, Jair Rodrigues, a mobilização surpreendeu pelo número expressivo de tratores.

– Imaginávamos um sucesso, mas não de tamanha proporção. Foi emocionante e uma comprovação da importância de nos unirmos e manifestarmos nosso descontentamento frente as demarcações de terras e a falta de apoio por parte do governo federal. Esperamos que este protesto seja mais um marco histórico para o Sindicato Rural e que realmente chame a atenção da população da zona urbana que recebe o alimento todos os dias graças ao produtor rural – disse Jair.



MPF/PB convoca audiência pública sobre combate à discriminação aos ciganos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.10.2013

Evento será realizado no Fórum Miguel Sátiro, em Patos (PB), no dia 29 de outubro de 2013

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB) publicou edital de convocação para a 1ª Audiência Pública de Combate à Discriminação ao Povo Cigano, que será realizada em 29 de outubro de 2013, às 14h, no auditório do Fórum Miguel Sátiro, em Patos (PB).

A audiência objetiva conscientizar a opinião pública sobre a cultura cigana, com o intuito de enfrentar o preconceito sofrido pela referida comunidade na Paraíba, bem como colher informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos ciganos, na perspectiva de definir estratégias para amenizá-las e articular uma 'rede de proteção' aos direitos desta minoria étnica.

Estão convidados a participar do evento órgãos governamentais e não governamentais envolvidos com a temática, assim como toda a população interessada. A audiência será presidida pelo procurador da República João Raphael Lima, que atua no MPF em Patos (PB), e tem como convidado de honra o subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia (procurador federal dos direitos do cidadão adjunto). Também espera-se a presença do procurador regional dos direitos do cidadão na Paraíba, José Guilherme Ferraz da Costa.

O Fórum Miguel Satyro está localizado na Avenida Dr. Pedro Firmino, s/n, Centro de Patos (PB), em frente à sede do MPF em Patos. Outras informações pelo número (83) 3422-1753.

[Edital de convocação](#)



Jagunços destroem cercas e roçados e ameaçam Quilombolas de Boa Vista do Pixaim, em Muquém do São Francisco
SÍTIO CEDEFES, 21.10.2013

Nós Moradores da Comunidade Remanescente Quilombola Boa Vista do Pixaim, Município de Muquem do São Francisco, distante aproximadamente 690 km de Salvador, vimos por meio de este solicitar ao INCRA e Órgãos Competentes providências em relação ao Fazendeiro Jaime Oliveira do Amor que destruiu as cercas dos roçados que temos na área do leito do Rio São Francisco.

Boa Vista do Pixaim é uma comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, em 2008, com 320 famílias, somando aproximadamente 2.000 habitantes, residindo em 120 hectares de terra e vivendo há muito tempo em situação de opressão e cercada por fazenda, atualmente propriedade do fazendeiro Jaime Oliveira do Amor.

Em fevereiro de 2013 foi iniciada a pesquisa para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), segundo a Instrução Normativa nº 57/2009 INCRA de forma a auxiliar na composição do RTID elaborado pelo INCRA, conforme o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, cujas diretrizes foram definidas através do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Após a notificação realizada pelo INCRA ao proprietário Jaime de Oliveira do Amor e uma denúncia feita, no mês de agosto pelas Comunidades Barro alto e Boa Vista do Pixaim sobre a poeira do Confinamento de Gado, o referido fazendeiro mandou o Gerente de sua propriedade, conhecido pela comunidade por Carlão, avisar nas casas de todos os donos de roçados que tirassem o arame das cercas que protegiam as plantações (milho, mandioca, feijão, batata) e caso estes não tirassem, ele cortaria as cercas e passaria o trator por cima dos roçados.

No dia 16 de outubro do corrente, o INCRA realizou uma reunião com nossa comunidade para discutir os limites do território pleiteado e nesse momento aproveitamos para informar ao INCRA a situação e solicitar providências aos órgãos competentes. Já no dia 17 de outubro, o Gerente da fazenda juntamente com 3 jagunços contratados pelo fazendeiro, cortaram os arames, quebraram as cercas, (ver fotos) destruíram diversos roçados e mandaram recado para os moradores da comunidade Boa Vista do Pixaim que queriam ver o INCRA tomar providências, em outras palavras, desafiando o Órgão Federal.

A nossa comunidade espera que o INCRA e demais órgãos competentes atuem imediatamente, bem como solicitamos a presença da Polícia Federal, pois nossas vidas estão ameaçadas, por

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

lutarmos por nossos direitos que deveriam ser garantidos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, pois só teremos liberdade e possibilidade de desenvolvimento, se tivermos nosso território para trabalhar e criar nossa família. A nossa única esperança é a regularização fundiária do nosso território histórico. Nesse sentido, contamos com a providência imediata, pois nós, pais e mãe de família, crianças e idosos, estamos sofrendo coação e tememos por nossas vidas.

Agradecemos desde já o pronto atendimento.

Atenciosamente,

Janileide da Silva Pinto (Presidente da Associação de Boa Vista do Pixaim)

Muque do São Francisco, 18 de outubro de 2013.

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS RURAIS QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE BOA VISTA DO PIXAIM



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

Brasília: Fórum "Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá", amanhã, às 9h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2013



Por Spensy Pimentel

O Fórum "Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá" acontecerá das 9:00 às 12:30 do dia 22 de outubro (terça-feira) no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília.

O evento contará com a participação de cerca de 40 crianças e adolescentes Guarani Kaiowá das aldeias de Panambizinho, Tey Kue, Kurusu Ambá, Ypo'i e Guaiviry, que estão em Brasília para expor suas demandas e discutir seus direitos com representantes do poder público.

As comunidades presentes no encontro foram especialmente afetadas pelas violações dos direitos humanos nos últimos anos. Em Kurusu Ambá, quatro lideranças foram mortas entre 2007 e 2010; em Ypo'i, foram assassinados em 2009 os professores guarani Rolindo e Jenivaldo Vera; em Guaiviry, foi morto, em 2011, o líder Nísio Gomes. Na Teyi Kue, foi morto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

em fevereiro deste ano o jovem Denilson Barbosa, alvejado por um fazendeiro que, apesar de réu confesso, foi liberado pela polícia. Em quase todos os casos, as providências para punir os acusados pelos crimes são lentas, ou inexistentes.

Os jovens que participam da viagem vêm a Brasília guiados por um grupo de veteranos da Aty Guasu – a Grande Assembleia Kaiowa e Guaraní. O evento integra-se ao processo de formação da Aty Guasu dos Jovens, que tem se iniciado nos últimos anos.



Carta do 1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ceará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2013

Nós, camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, pastorais e organismos do campo e parceiros, reunimo-nos no 1º Encontro das Comunidades e Povos Tradicionais do Ceará, nos dias 17 e 18 de outubro, em Fortaleza, refletindo seriamente em torno da temática: Territórios do Bem Viver: na luta das comunidades tradicionais do Ceará, desafios e perspectivas.

Carregado de símbolos, cantos, danças, elementos de nossas culturas ancestrais e pelo entusiasmo que é característico dos nossos povos, este momento é histórico em nossas lutas. Por isso, não podíamos deixar de expressar a toda sociedade nossa indignação diante da conjuntura política atual.

Sobre nossos territórios avança o “deus” capital, expulsando famílias, destruindo casas e roças, poluindo águas e cercando terras, acabando com nossa saúde e impedindo a reprodução de nossas culturas. Os servos deste “deus” são os governos e as empresas, que buscam o lucro a todo custo. A estes, reafirmamos com maior vigor ainda: não vamos desistir da luta! Tirem suas patas de nossos territórios!

Denunciamos o modelo capitalista de (des)envolvimento assassino, que não nos respeita e nos expropria de terras nas quais vivemos há centenas de anos, onde nos reproduzimos e fortalecemos nossos modos de vida. Repudiamos os projetos de morte que avançam sobre o Ceará: as minerações, o agronegócio, a carcinicultura, as eólicas, o turismo predatório e especulação imobiliária, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a privatização das águas da União para projetos de aquicultura, as cisternas plástico, dentre outros. São projetos destruidores do meio ambiente. A partir do momento em que estes projetos são impostos aos nossos territórios, somos impedidos de continuar produzindo, pois suas instalações avançam e destroem as áreas onde plantamos nossos roçados, criamos nossos animais, realizamos nosso extrativismo e pescamos. Sem terra e sem casa, como vamos viver? Forçados a migrar, como vamos garantir a permanência de nossa identidade? Defendemos um projeto que seja construído a partir de nossas bases.

Estamos numa das maiores secas dos últimos 40 anos. Repudiamos a política hídrica do Ceará, que privilegia os grandes projetos de desenvolvimento. Em tempos de seca, falta água para suprir as necessidades humanas e animais, mas não falta água para projetos do agrohídronegócio e outras infraestruturas.

Indigna-nos a constatação de que a atual gestão nacional que chegou ao poder com um discurso de “governo dos trabalhadores” abandonou a Reforma Agrária e, pior ainda, realiza a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

reforma agrária que o agronegócio quer, expropriando nossas áreas e entregando ao bel prazer de grandes corporações capitalistas. No Ceará, em 2013, até este momento, somente um imóvel foi desapropriado, depois de muitos anos de luta.

Repudiamos, ainda, projetos de Lei que ameaçam nossos povos, principalmente:

A PEC 215: se aprovada, dará poderes aos deputados e senadores para eles, e somente eles, criarem ou até mesmo reverterem demarcações já homologadas. Esta é uma clara ameaça aos povos indígenas, quilombolas e extrativistas.

A PEC 237: que permite a união conceder terras ao agronegócio.

O PL 1610/96: sobre o novo Código de Mineração, que possibilita um maior avanço das empresas sobre nossos territórios, permite a mineração em terras indígenas e não está sendo discutido com a sociedade.

Exigimos a aprovação, sem alteração no conceito de trabalho escravo, da PEC 438, que prevê a expropriação de terras onde for flagrado trabalho análogo à escravidão e sua destinação para reforma agrária ou uso social urbano, sem indenização do proprietário.

Apoiamos e estamos engajados na Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, com o objetivo da criação de uma lei de iniciativa popular que regule os direitos tradicionais das comunidades pesqueiras. Convocamos toda a sociedade cearense a assinar o abaixo-assinado desta campanha.

Sabemos bem o que queremos e o que é bom e viável para os nossos territórios. Não aceitamos nenhuma prática que destrua nossa soberania e patrimônio cultural e continuaremos lutando, como povos e comunidades tradicionais, por nosso reconhecimento pelo Estado e pela sociedade, por nossas vidas e de nossos parentes, conscientes de que o Bem Viver passa pela garantia urgente de todos os nossos direitos.

Fortaleza, 18 de outubro de 2013

[Assinam](#)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Raquel Rigotto.



Polêmica: Federação Huni Kui também repudia declarações de Segóvia

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 21.10.2013

Após o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) se pronunciar pedindo retratação do deputado Denilson Segóvia, que usou sua fala na Aleac para criticar a cultura indígena e criticar a Funai pelo que ele chama de atraso cultural dos índios, agora foi a vez da Federação Huni Kui do Acre repudiar as palavras de Segóvia.

Nota na Integra



A Federação do Povo Huni kui do Acre – FEPHAC, entidade “indígena” de reconhecimento jurídico, representante legal do Povo Huni Kui que habita nas Terras Indígenas no Estado do Acre, que através de sua Diretoria, vem por meio deste REPUDIAR publicamente, a declaração do Deputado Estadual DENILSON SÉGOVIA, do Partido do PEN/AC, que no dia (17) Quinta feira, na Plenária da Assembleia Legislativa, deu sua declaração preconceituosa, caluniosa e Criminosa contra os

povos indígenas e sua tradição cultural, milenarmente praticada, se referindo aos povos indígenas e sua tradição cultural, milenarmente praticada, se referindo aos povos indígenas do Município de Santa Rosa do Purus, incluindo o povo Huni kui.

O Povo Huni kui, é um povo de tradição milenar, vivendo há muitos anos a sua cultura sem interferências de outrem, ate chegarem em nossas terras pessoas que ate hoje não conhecemos e que covardemente nos forçaram a mudar nossos costumes, e que atualmente ainda continuam com sua praticas criminosas contra as nossas tradições, como é o caso do Pastor e Deputado Denilson Segovia, que no período eleitoral de 2012, obteve votos de eleitores indígenas no município de Santa Rosa do Purus, que colaborou para o seu pleito de Deputado.

Por meio deste, Contestamos aqui as palavras de que: Pastor e Deputado diz, “a Cultura tradicional do Povo Huni kui, como outros povos, preservam o infanticídio a pedofilia, e é um atraso para as aldeias”. O Maior atraso para as aldeias são as presenças constantes de políticos como Denilson Ségovia, que não tem propostas de politicas publicas as comunidades indígenas e que muito menos conhecer de povos indígenas, para falar de sua cultura, costumes e tradições.

Contestamos as palavras de que: Pastor e Deputado diz, “Antropólogo da FUNAI, fizeram várias festas e cerimoniais nas aldeias e que os povos indígenas de Santa Rosa do Purus não seguem mais os padrões tradicionais das festas indígenas”.

CONT.



Primeiro que antropólogo nenhum sabe fazer nossas festas indígenas, por isso, quem realiza as festas são os próprios indígenas, que é quem conhece de suas tradições. Neste mês a aldeia Nova Mudança em Santa Rosa do Purus Realizou uma das mais importante Festa tradicional do Povo Huni kui.

Contestamos as palavras de que: Pastor e Deputado acredita que, "os costumes indígenas, são culturas destruidoras da moral, da cultura da bebedeira, do alcoolismo, da pajelança. Os missionários mostraram que a cultura agora é de trabalhar e construir, explorar a terra racionalmente. A cultura nova e civilizada que estão aprendendo com a bíblia". É impressionante, a forma com que o Pastor e Deputado, Denilson Ségovia usa suas palavras de preconceito e racista. Neste caso, o mesmo não utiliza de sua civilização bíblica para dar bons exemplos, achando que os povos não tem raciocínio e que não produz, quero aqui pedir que este Deputado Esclareça de que raciocínio e de que civilização estar falando.

Contestamos as palavras de que: Pastor Deputado Denilson Ségovia, "Afirma que o governo do Acre também estaria oferecendo "uma grande revolução cultural, através do trabalho. Índio tem que trabalhar, índio tem que construir seu açude, índio tem que saber fazer seu poço e não usar cacimba coletiva. Nós condenamos a cultura do infanticídio, da pajelança e da pedofilia que faz parte da cultura tradicional dos índios".

O que seria essa revolução cultural que o governo estar realizando nas comunidades indígenas? Seria por acaso a distribuição de alguns boca de lobo e carro de mão? Gostaria de saber se com essas ferramentas o referido deputado faria alguns açudes em nossas comunidades? Quem diz que índio não trabalha e não produz, não conhece mesmo nossa realidades, vejo que o Pastor tem visitado as aldeias indígenas, somente no período eleitoral.

E que REPUDIADA E CONDENADA sejam suas palavras Pastor e Deputado Denilson, pois não precisamos de sua opinião para definirmos sobre o que e o que não a nossa tradição e costumes... Mas se por acaso, necessitar de falar algo sobre o Povo Huni kui, nos procure, pois estaremos sempre à disposição para que atitudes iguais a essas não se reproduza de forma criminosa...

Quanto a FUNAI, creio que ela só está cumprindo sua obrigação, no que rege na Constituição e pela Convenção da OIT nº 169 que garante direitos costumes e tradições e Cabe à FUNAI, nos termos da Lei nº 5.371/67, proteger tal autonomia, regulando, dentre outros, a presença de não-índios em terras indígenas.

Solicito que os órgãos competentes, ALEAC, FUNAI, DPU e MPF tomem as devidas providências, contra este ato preconceituoso e criminoso. Enquanto FEPHAC, tomaremos todas as nossas providencias, para que ações como esta não se repitam.

Atenciosamente,

Presidente
José Carmélio (Ninawa Huni kui)



Em Sousa: MPF convoca audiência pública sobre combate à discriminação aos ciganos
SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA, 21.10.2013

Evento será realizado no auditório da Câmara Municipal de Sousa, no dia 30 de outubro de 2013, às 15h.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DO MPF EM SOUSA**

Combate à Discriminação ao Povo Cigano

Dia 30 de outubro, às 15h
Auditório da Câmara Municipal de Sousa

Rua Nabor Meira, nº 17, Centro de Sousa (PB)

Evento aberto à participação da população,
órgãos governamentais e não governamentais

Edital de convocação disponível em www.prb.mp.br
Outras informações pelo número (83) 3522-3977 / 1787

Realização: **MPF** Procuradoria da República em Sousa
Apoio: Câmara Municipal de Sousa

O Ministério Público Federal (MPF) publicou edital de convocação para a 1ª Audiência Pública de Combate à Discriminação ao Povo Cigano, que será realizada em 30 de outubro de 2013, às 15h, no auditório da Câmara Municipal de Sousa (PB).

[* Veja edital de convocação](#)

A audiência pública objetiva discutir, entre outros, temas relacionados à melhoria das condições de vida da comunidade cigana no município de Sousa (PB), de acordo com os seus modos de fazer e viver. Estão convidados a participar do evento órgãos governamentais e não governamentais envolvidos com a temática, assim como toda a população interessada.

A audiência será presidida pelo procurador da República Flávio Pereira da Costa Matias, que atua no MPF em Sousa (PB), e tem como convidado de honra o subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia

(procurador federal dos Direitos do Cidadão Adjunto). Contará, ainda, com as presenças do procurador regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba, José Guilherme Ferraz da Costa, e procurador da República Renan Paes Felix, também do MPF em Sousa (PB).

A Câmara Municipal de Sousa está localizada na Rua Nabor Meira, nº 17, Centro da cidade. Outras informações pelo número (83) 3522-3977 / 1787.

Projeto de saúde bucal prevê atender 5.643 alunos indígenas

SÍTIO AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS, 18.10.2013



Projeto visa atender 91 escolas indígenas e 5.643 alunos
Foto por: Ademir dos Anjos

Com o objetivo de ampliar o atendimento e melhorar as condições de saúde bucal das escolas indígenas do Tocantins, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc), por meio da Diretoria de Educação Indígena e Diversidade, institui o projeto Sorriso Legal, que atenderá 91 escolas indígenas, com previsão de atendimento para 5.643 alunos.

De acordo a diretora da Educação Indígena, Orcidália Martins Feitosa, o projeto será realizado em parceria com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Tocantins (Dsei), tendo como foco a prevenção e controle de infecções intrabucais.

A equipe multidisciplinar indígena de saúde do Dsei, com os professores das escolas, desenvolverá atividades educativas, com a participação da comunidade, através de roda de conversa com as famílias. Também será realizada em sala de aula, demonstração da técnica de escovação, palestras, vídeos, entre outras atividades. Antes da implantação do projeto, que está previsto para 2014, todos os professores serão capacitados durante as formações continuadas da Seduc. Os Dseis também distribuirão kits de higiene para os estudantes, contendo escova, creme dental e sabonete.

Ainda segundo a diretora, o projeto trará muitos benefícios para os povos indígenas, "contribuirá para o desenvolvimento das atividades educativas da população, para a formação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2013

Brasília, 22 de outubro de 2013.

de hábitos saudáveis e a promoção da saúde bucal dos indígenas através dos tratamentos coletivos e individuais”, enfatizou.

O projeto tem por base a legislação vigente, bem como as Diretrizes da Educação Escolar Indígena, que garante a qualidade nas ações de saúde bucal e na definição de uma política de educação permanente para os povos indígenas.